

Um Plano para reconstruir a Europa

George Marshall, secretário de Estado do presidente Truman, em 5 de junho de 1947, anunciou um programa de ajuda econômica capaz de se contrapor ao poderio soviético



Sob o choque da derrota de 1940, a consciência europeia estava como que atordada, mas, a exemplo de todas as grandes provações, a vitória provisória do nazismo suscitou um amplo exame de consciência, em especial entre os intelectuais e políticos europeus que, contrários ao nacional-socialismo, tinham encontrado refugio nos Estados Unidos. Em razão do contexto histórico, foi portanto na América que germinaram os primeiros projetos voltados para reconstruir na paz o velho continente, dessa vez decidido a ir além da declaração de intenções. Também foi nos Estados Unidos que amadureceu a idéia de recuperação econômica da Europa. Daí a estreita complementaridade que existiria entre o Plano Marshall

e os primórdios da reconstrução europeia, com Washington apoiando as primeiras tentativas de integração.

Nos Estados Unidos, a unidade dos povos da Europa era um tema recorrente desde o entre-guerras. Em 1936, William Bullitt, embaixador na França, expressava a Roosevelt sua comisseração relativa às nações do velho continente, que tinham querelas recíprocas. Durante o conflito, a questão foi novamente discutida no Departamento de Estado. Coexistiam varias teses. Secretário de Estado, Cordell Hull defendia a instauração de uma ordem universal e de uma economia internacional nas quais os Estados Unidos seriam chamados a desempenhar papel preponderante. Já Summer Welles, secretário de Estado adjunto, porém mais próximo a Roosevelt, advogava organizações regionais e uma federação da Europa continental, perspectiva igualmente defendida — mas num plano privado — por John Foster Dulles e George Kennan, diplomata que seria chamado a ter papel importante no Plano Marshall. Preocupado em não atacar a União Soviética pelas costas, Roosevelt acabou dando razão a Cordell Huli e apoiou seu projeto de Organização das Nações Unidas, mas o debate não estava encerrado.

Na Grã-Bretanha, Winston Churchill, Anthony Eden, secretário de Relações Exteriores, e Richard Stafford Cripps que participara do gabinete da Guerra, eram partidários de federações regionais correspondentes a zonas de influência, projeto malvisto por Washington, pois havia dúvidas sobre a possibilidade de uma hegemonia britânica na Europa Ocidental.

Já o antigo chanceler alemão Heinrich Brüning, exilado nos Estados Unidos, preferia a ideia de uma federação. Em 3 de junho de 1942, o estadista luxemburguês Joseph Bech proferiu, diante do Comitê de Negócios Estrangeiros da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, um discurso profético sobre a necessidade de reconciliar e unir os europeus, após o conflito, com a participação plena da Alemanha. Influenciado pelo vasto debate, o filósofo Jacques Maritain, presente nos Estados Unidos, também se revelaria um partidário entusiasmado da união federativa. "O horror suscitado em nossas almas por uma guerra fratricida pode, se despertarem as forças de inteligência, de bondade e de ressurreição, ser pretexto, para os homens, de uma tomada de consciência desse espírito comum. E por isso que, por mais árdua que seja a tarefa, devemos acreditar na possibilidade de uma Europa federativa."

Dentre os europeus ilustres que viviam então nos Estados Unidos, Jean Monnet não era dos mais turbulentos. Antigo secretário-geral adjunto da Sociedade das Nações, ainda aureolado pela energia que tinha empregado em 1914-1918 para coordenar o esforço aliado de guerra, ele recusou a derrota em 1940; mas, certo de que somente os Estados Unidos tinham os meios de vencer o Eixo, preferiu, contrariamente a De Gaulle, ir para Washington. Tornou-se funcionário e diplomata britânico, ocupou a função de vice-presidente do British Supply Council, o conselho britânico de suprimentos. Nos bastidores, como de hábito, ele já havia desempenhado papel importante na elaboração do Victory Program, o Programa da Vitória.

Discreto, ele escutava uns e outros, e suas ideias amadureciam: caso se apoiasse sobre as bases antigas, quer dizer, a da soberania absoluta das nações, uma guerra aconteceria novamente. Assim, ele também aderiu ao projeto de federação. Depois de ter se encontrado com o estadista belga Paul-Henri Spaak em Washington, nos idos de 1941, ele havia declarado: "Nós conversamos sobre o pós-guerra, sobre o modo como é preciso assegurar a paz e o futuro da Europa. Ele expôs a filosofia e as linhas gerais do que deve ser um dia o Plano Schuman".



Cartaz de propaganda do E.R.P. (European Recovery Plan - Plano de Recuperação Europeia)

Dois anos mais tarde, em Argel, quando já tinha se tornado membro do Comitê Francês de Libertação Nacional, Jean Monnet retomou o projeto. Com a ajuda de dois amigos, o diplomata Hervé Alphand e o futuro presidente do Conselho, René Mayer, redigiu um texto que lançava as bases, em agosto de 1943, da futura Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

Contudo, entre pensamento e ação continuava existindo um oceano. Nos Estados Unidos, os partidários das teses federalistas tinham sido provisoriamente derrotados, enquanto no velho continente os líderes estavam às voltas com problemas imediatos muito graves. Por isso, a dinâmica da união européia não teve início imediatamente após a guerra. Num primeiro momento, após 1945, a ordem internacional e em particular a ordem europeia pareciam submetidas às velhas regras. O secretário americano do Tesouro, Henry Morgenthau, considerava inclusive a hipótese de aplicar à Alemanha um regime tão duro que na verdade praticamente a riscaria do mapa. Por muito tempo, a política francesa relativa ao antigo Reich também seria discriminatória, como se as lições do Tratado de Versalhes, de 1919, não tivessem servido para nada. Muitas vezes presente no governo francês, entre 1945 e 1950, Georges Bidault, em especial, era partidário dessa linha.

Desde a libertação da Europa Ocidental, várias personalidades e certos grupos de opinião também tomaram partido em favor da unidade do velho continente, cujo papel no mundo ficara gravemente comprometido pela eclosão do segundo conflito mundial e pelo surgimento de duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética.

Winston Churchill foi o primeiro a evocar a perspectiva da união, num discurso pronunciado em Zurique em 19 de setembro de 1946: "Se os povos europeus chegarem a se unir, seus 300 a 400 milhões de habitantes conhecerão, em razão de uma herança comum, uma prosperidade, uma glória e uma felicidade que nenhuma fronteira poderá limitar". A iniciativa do velho leão, símbolo da luta contra os totalitarismos, é ainda mais notável se considerarmos que, menos influenciados do que os outros europeus pelo segundo conflito mundial, os ingleses, em sua imensa maioria, permaneceram e permaneceriam por muito tempo ainda desconfiados de qualquer organização que implicasse eventuais transferências de soberania. De qualquer forma, após 1945 produziu-se em toda parte uma eferescência sobre essa questão de união europeia. Em 1947, um congresso reunido em Montreux demonstrou o dinamismo do movimento. Pioneiro do conceito antes de 1940, o conde Coudenhove-Kalergi

dedicou-se com muito empenho à frente de sua União Parlamentar Europeia. Em 1948, em Haia, sob a presidência de honra de Winston Churchill, 800 personalidades expressaram seu desejo de ver as nações do velho continente se reunirem. Embora nada de concreto tenha resultado, o acontecimento ainda assim foi notável. "Tudo teve origem no congresso de Haia em maio de 1948", escreveria Denis de Rougemont. "As primeiras instituições europeias, parlamentares, jurídicas, culturais, técnicas, além dos princípios gerais do Mercado Comum e da recusa em se dotar as instituições de um poder de decisão política imposto pelo arrebatamento popular, que na ocasião sentia-se passível de ser desencadeado."

Meio de escapar à crise

Concretamente, nada aconteceu e foi preciso esperar o início da Guerra Fria para que as primeiras iniciativas fossem tomadas. Diante da influência da União Soviética sobre os países do Leste europeu, as nações da Europa Ocidental viram-se obrigadas a reagir, ao mesmo tempo que os Estados Unidos, por sua vez, mudavam de política. Desde o princípio de 1947, a doutrina da contenção (containment) foi elaborada pelo general Marshall, secretário de Estado, por George Kennan e por Dean Acheson. O objetivo estava claro: tratava-se de impedir os países ainda livres de caírem na órbita soviética, além de obrigar a URSS a sair de sua redoma. Na realidade, a Europa ainda estava abalada pela guerra, os Estados Unidos sabiam que deveriam oferecer uma contribuição financeira significativa; eles estavam, prontos a fazê-lo, mas não pretendiam dilapidar sua energia. Em contrapartida, as velhas nações da Europa Ocidental eram conclamadas a desenvolver entre si canais de cooperação sempre mais estreitos. Washington assumiu então o risco de ver se formar do outro lado do Atlântico outro vasto império geopolítico. Seriam necessários 20 anos para que, na época do governo Nixon, a doutrina oficial evoluísse, em razão da pressão do grande empresariado.

Proposto pelo general Marshall em 5 de junho de 1947, em discurso proferido em Harvard, o Programa de Reconstituição Européia (European Recovery Program), mais tarde chamado de "Plano Marshall" foi recusado pela União Soviética mas aceito em todas as outras localidades, evidentemente não sem provocar manifestações de antiamericanismo. Em pouco tempo, uma propaganda cuidadosamente explorada pelos soviéticos tentaria fazer crer que os Estados Unidos queriam estabelecer um protetorado na Europa Ocidental. Oferecida em condições particularmente vantajosas - 85% gratuitos e 15% mediante empréstimos de longo prazo —, a ajuda Marshall representou para os países que a aceitaram um meio inesperado de escapar à crise. Dessa forma, só a França recebeu mais de US\$ 2,8 bilhões, aos quais viriam se somar outros créditos importantes.

Sem dúvida, os Estados Unidos não atuavam desinteressadamente. Com o auxílio, pretendiam permitir à Europa reerguer-se e protegê-la do comunismo, mas também queriam reativar o comércio internacional, o que para eles era vital. Coube no entanto a cada um dos países "provisoriamente ajudados" uma parcela a pagar, relativa a essa dependência consentida.



Como previsto na origem, o Plano Marshall conferiu um impulso irreversível ao movimento de união da Europa. A partir de 1947, tendo essa decisão se tomado oficialmente a do Departamento de Estado, a cooperação progrediu mediante instituições econômicas como a OEEC (Organização Européia de Cooperação Econômica) e de políticas como o Conselho da Europa.

Considerando-se em especial o estado de espírito dos britânicos, que não haviam renunciado a seu papel no panorama mundial, e cuja sensibilidade sempre foi alérgica a qualquer supranacionalidade, ainda era muito cedo para esboçar um projeto mais preciso. Quando Jean Monnet contactou, em 1949, dois altos representantes ingleses, entre os quais Edwin Pindon, as conversas não levaram a parte alguma.

Como a Alemanha Ocidental representava uma presa fácil para Stalin, mostrava-se necessário voltá-la de modo duradouro na direção do Ocidente, inseri-la e fazê-la participar, se fosse o caso, da defesa da Europa. De modo a purificar e equilibrar definitivamente a Europa Ocidental, também era preciso pôr fim ao antagonismo franco-alemão. Assim, nascia em maio de 1950 o projeto da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, esboçada pelo ministro francês Robert Schuman, em quem Jean Monnet se inspirara.